

Cooperação regional em uma perspectiva geopolítica: o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)

Regional cooperation in a geopolitic perspective: the Amazon Cooperation Treaty

Ana Carolina Dias Terra*
Rafaela Mello Rodrigues de Sá**
Stephanie Braun Clemente***

Resumo

O presente trabalho busca entender de que forma a Amazônia foi instrumento para a cooperação regional, incentivando uma Política Externa voltada para seus vizinhos. Iniciando com um apanhado teórico, o artigo analisa as questões geopolíticas direcionadas ao território amazônico. Posteriormente, é demonstrado as ações da Política Externa Brasileira no período demarcado entre década de 1970, com a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, até a década de 1990, com a ampliação deste para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, com a finalidade de examinar as iniciativas propostas e negociadas em âmbito regional. Com intuito de perceber a influência de questões geopolíticas no incentivo à cooperação regional, é destacado o conceito da soberania territorial por meio dessas questões que evidenciam a importância da cooperação para evitar ingerências externas.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Amazônia. Geopolítica Brasileira. Cooperação Regional. Tratado de Cooperação Amazônica.

Abstract

This paper seeks to understand how the Amazon rainforest was an instrument for regional cooperation, encouraging a foreign policy directed to Brazil's neighbor countries. Starting with a theory debate, the article analyzes the geopolitical issues directed to the Amazonian territory. After that, the actions of the Brazilian Foreign Policy in a certain period, between the decay of 1970, with the creation of the Amazon Cooperation Treaty, and the decay of 1990, with its enlargement to Amazon Cooperation Treaty Organization, are demonstrated to examine the initiatives proposed and negotiated at the regional level. In order to understand the influence of geopolitical issues in the encouragement of regional cooperation, the concept of territorial sovereignty highlights the cooperation instruments in order to avoid external interference.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Amazon Rainforests. Brazilian Geopolitic. Regional Cooperation. Amazon Cooperation Treaty.

* Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e pesquisadora no Grupo de Estudos da América Latina (GEAL). Contato: caroldiasterra@gmail.com

** Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), pesquisadora no Grupo de Estudos da América Latina (GEAL) e assistente da Revista InfoNeiba da UERJ. Contato: rafaelamello12@live.com

*** Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), pesquisadora no Grupo de Estudos da América Latina (GEAL) e assistente da Revista InfoNeiba da UERJ. Contato: stephaniebraunclemente@hotmail.com

Introdução

A Floresta Amazônica nos últimos 50 anos se tornou um importante objeto de debate, observado pelo aumento de sua relevância na política nacional e internacional. Sendo em abordagens geopolíticas dos governos militares ou em perspectivas ambientalistas no âmbito global, a Amazônia é um assunto com grande destaque atualmente. Suas características geográficas e abundância de recursos, provocam um aumento da preocupação brasileira sobre ameaças a esse território, já que 60% da região amazônica é considerada território brasileiro. Além disso, a constatação de que 40% da região sul-americana é composta pela Amazônia, ocasionou um aumento dos debates, entre os 8 países que dividem esse vasto território, sobre a vulnerabilidade dessa região.

Dentro desse contexto, as teorias geopolíticas que versam sobre questões de soberania amazônica coincidem com os debates para a cooperação regional; de modo que reconhecem a importância da cooperação para que seja possível um compartilhamento de responsabilidades entre os países amazônicos.

O artigo em questão tem como objetivo entender de que forma as teorias geopolíticas explicam as ações de política externa em direção à cooperação regional, explorando dois instrumentos multilaterais: o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), seu avanço à institucionalização.

Uma das justificativas para a definição deste objeto de estudo foi a comemoração dos 40 anos da assinatura do Tratado no dia 3 de julho de 2018, marcando um longo período de cooperação regional e multilateralismo na região amazônica.

Visão geopolítica da Amazônia

Para entender as ações da Política Externa Brasileira em direção à Amazônia, é importante entender os ciclos diplomáticos em torno da região. De acordo com Paula Gomes Moreira (2014), o primeiro ciclo diplomático retrata a assinatura do Tratado de Madri (1750), o qual legaliza a posse do território amazônico à Coroa Portuguesa, a partir da definição dos limites coloniais entre Portugal e Espanha. O segundo ciclo diplomático é descrito no período do Império, quando um dos principais objetivos da política externa eram

as definições das fronteiras nacionais. Após o estabelecimento da República, é possível analisar o terceiro ciclo diplomático, o qual é marcado pela cooperação regional e pela preservação do território amazônico (MOREIRA, 2014).

As preocupações com relação a região amazônica, ao longo do tempo, vêm sendo o centro de debate entre alguns geopolíticos brasileiros como Carlos de Meira Mattos (1980), análise presente na obra “A Amazônia e o Livro”, de Eduardo Villas Bôas (2013); Therezinha de Castro (1998), com seu livro “Rumo à Amazônia: Problemática Geopolítica”; e Bertha K. Becker (2004), na obra “Geopolítica da Amazônia”. Analisando os autores supracitados, a integração regional é imprescindível para a garantia de uma autonomia sobre a Amazônia. É necessário que os países possuidores de partes do território amazônico se coordenem a fim de estabelecer soberania na região evitando a interferência externa.

O general Carlos de Meira Mattos⁴, pertencente às forças armadas brasileiras, foi responsável pelo projeto de “Brasil Potência” durante o governo militar. “[...] Mattos tenta estabelecer conceitos básicos como o de poder, o de potência mundial e o papel do Estado como coordenador do esforço para se alcançar o desenvolvimento” (LUZ GABRIEL, 2012, p. 7). Em seus estudos para a criação de um pensamento geopolítico brasileiro o autor, em sua obra “Projeção mundial do Brasil” de 1960, ressalta as potencialidades que o país detinha para alcançar o projeto de potência; potencialidades econômicas (como a extensão territorial brasileira e a possibilidade de criação de um mercado consumidor interno), políticas (um Estado com poder centralizado) e sociais (ausência de conflitos sociais devido a não segregação da população) (MATTOS, 1960).

Dentro do contexto histórico da Guerra Fria, Mattos vê os desequilíbrios regionais e os vácuos de ocupação existentes no Brasil como problemáticas para a execução do projeto que colocaria o país no patamar das potências centrais. A Amazônia, para Mattos, era um dos pontos mais vulneráveis da formulação estratégica do país e sua integração ao território brasileiro era um aspecto fundamental para garantir o projeto brasileiro (LUZ GABRIEL, 2012).

Em “Uma Geopolítica Pan-Amazônica” (1980), Mattos aponta que a vulnerabilidade deste território se daria principalmente por dois motivos, a dificuldade de se controlar a fronteira da região (a fim

4. Carlos de Meira Mattos, general de divisão brasileiro, professor e pensador geopolítico.

de delimitar e controlar os tráfegos) e a presença de potências estrangeiras no território principalmente a partir da compra de terras. Essas problemáticas afetariam diretamente a garantia da soberania brasileira na região. “[...] [O] pensamento de Meira Mattos alicerça-se [...] na perspectiva realista das Relações Internacionais (pela qual o poder é entendido como última garantia da soberania, segurança e desenvolvimento do Estado)” (FREITAS, 2004, p. 66); sendo assim, eram necessários projetos voltados para a região amazônica a fim de dar maior poder ao Brasil sobre a região, garantindo a soberania Estatal.

Partindo dessa visão, o autor proporá algumas medidas como o monitoramento da região amazônica (para descobrir as potencialidades econômicas da região), a construção de núcleos de desenvolvimento para integrar a região ao resto do país, um projeto nacional voltado para a integração da região com o centro-oeste (Transamazônica) e para a atração de empresas para fomentar o desenvolvimento (Zona Franca de Manaus), e, sobretudo, um projeto regional, no qual este artigo se desdobrará mais a fundo, o Tratado de Cooperação da Amazônia (TCA) (MATTOS, 1980). Segundo Pedro Henrique Luz Gabriel (2012, p. 10), “Esse plano geopolítico (TCA) solucionaria a questão da discrepância entre abundância de recursos e economia subdesenvolvida tornando o Brasil uma grande potência tropical.”

Therezinha de Castro⁵ (1998), também em seus estudos para a formulação de um pensamento geopolítico brasileiro tece considerações muito semelhantes às de Meira Mattos, apesar da autora fugir do escopo militar. Therezinha utiliza a geo-história, leitura da história a partir da geografia, para fundamentar seus pensamentos acerca da necessidade de proteger a região amazônica e realizar processos de integração com os países fronteiriços. Dentro do contexto do fim da Guerra Fria e dos novos temas das Relações Internacionais, a autora vê também o surgimento de novas ameaças. Sendo assim, ela aponta áreas sensíveis onde o Brasil deve atuar, uma dessas áreas é o estuário amazônico. Em seu texto “Rumo à Amazônia” de 1998 aponta as questões amazônicas dentro de um debate ambiental internacional no qual se delineava a necessidade de proteção, preservação e transformação da região em um bem comum da humanidade, isso implicaria “[...] não só na perda da soberania como da própria identidade histórica, facilitada pela luta de grupos contribuindo para

5. Therezinha de Castro, historiadora, geógrafa, pesquisadora, escritora, professora brasileira e pensadora geopolítica.

o esfacelamento do todo nacional” (CASTRO, 1998, p. 17). Ou seja, Therezinha observa que a criação de instrumentos para garantir a soberania brasileira sobre o todo de seu território é fundamental.

Assim como Mattos, Therezinha (1998) compreende que o controle e ocupação do estuário amazônico é imprescindível dentro da base geoestratégica brasileira. As ideias e propostas de “desnacionalização” da Amazônia são os principais motivos para fundamentar maior presença brasileira na área assim como a compra de terras na Amazônia por empresas estrangeiras que buscam a exploração do território. Além disso, a integração regional por meio do TCA permite que os países com território amazônico resolvam suas problemáticas entre si, evitando presença exterior na região. Therezinha deixa claro suas preocupações com relação à ingerência externa, e mostra que até grupos internos acabam por permitir essa interferência: “[...] podemos assim afirmar que as intromissões externas são reflexos de omissões internas” (CASTRO, 1998, p. 21).

Therezinha de Castro (1998) também levanta um debate muito importante na questão amazônica no que diz respeito a preservação *versus* uso da floresta e seus recursos. A ideia de um ambientalismo latente na década de 90 como um dos novos temas das relações internacionais, traz para o pensamento de Therezinha uma problemática com a qual o Brasil deve lidar. As necessidades de desenvolvimento econômico do país encontrariam um grande muro a sua frente, a preservação do meio ambiente. Juntando a nova formulação da economia mundial com as questões ambientais, era impensável o uso da Amazônia como fomento do desenvolvimento brasileiro; existia a ideia de que a região amazônica deveria se manter completamente intacta, sem nenhum projeto de desenvolvimento voltado para ela. Therezinha diz que “[a] causa econômica é o fator precípua de toda a reação internacional contra a ação nacional em prol do desenvolvimento da Amazônia” (CASTRO, 1998, p. 43). Ela ainda lembra que é impossível discutir preservação ambiental sem se falar em desenvolvimento econômico; para Therezinha é preciso pensar a região não apenas como um banco genético, é preciso discutir o problema da pobreza (CASTRO, 1998).

Corroborando com os pensamentos de Therezinha de Castro, Bertha Becker⁶ (2004), outra importante pensadora na formulação

6. Bertha K. Becker, geógrafa, pesquisadora, escritora, professora brasileira e pensadora geopolítica.

de uma geopolítica brasileira, também ressalta a necessidade da formulação da política ambiental passar pela ideia do desenvolvimento principalmente no que tange os países menos desenvolvidos. Para Bertha, a ideia de “preservar por preservar” não é completa (BECKER, 2004), é necessário preservar para ter capacidade de se desenvolver a partir disso. Seria a Amazônia com utilidade para a sociedade além da simples preservação ambiental. Dentro disso, a autora defende uma cooperação regional para garantir a soberania e o uso consciente da Amazônia para fomentar o desenvolvimento dos Estados que a partilham.

Trata-se de uma nova escala para pensar e agir na Amazônia. Esse dado é importante por múltiplas razões. Primeiro, porque a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercosul e, de certa maneira, construir um contraponto nas relações com a Alca e com a própria União Europeia. Em segundo lugar, para ter uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional, fortalecendo a voz da América do Sul. Em terceiro lugar, porque é fundamental para estabelecer projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas. (BECKER, 2004, p. 79).

Sendo assim, Bertha Becker propõe que os países da região amazônica, através do aprofundamento dos processos de integração como o TCA, tendem a ter ganhos individuais e em conjunto para si e para a região.

Cooperação regional: do tratado à institucionalização

De acordo com as teorias geopolíticas, a manutenção da soberania do território da Amazônia é um objetivo não só do Brasil, como também dos países que compartilham este território. Com a estratégia de criar consensos e colaborações mútuas entre os 8 países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), foi assinado em 3 de julho de 1978, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), no governo de Ernesto Geisel. Segundo informações do site oficial do Itamaraty, o objetivo do tratado era promover desenvolvimento para a região e reforçar a soberania dos países que partilham a Amazônia (ITAMARATY, 2018). De modo que o fortalecimento da cooperação regional seria o principal instrumento para alcançar esses objetivos.

Segundo Siguenoli Miyamoto⁷ (1989), a decisão do Brasil de direcionar esforços para a região setentrional da América do Sul pode ser descrita por meio de dois motivos. O primeiro deles foi a crise do petróleo, que criou a necessidade de garantir fontes energéticas, chamando a atenção para a Venezuela como uma oportunidade. O segundo motivo pode ser analisado pela possibilidade de neutralizar a crítica dos vizinhos brasileiros em relação ao papel hegemônico do Brasil na região (MIYAMOTO, 1989).

Segundo Daniel de Campos Antiquera⁸ (2006), a articulação para o TCA gera três níveis de interesse em relação à atuação da Política Externa Brasileira. O primeiro nível de interesse, o nível internacional, retrata a forma como o Tratado é uma resposta ao debate internacional sobre as questões ambientais e sobre a defesa da soberania e do direito ao desenvolvimento dos países amazônicos. O nível regional demonstra a aproximação com os vizinhos, sob uma ótica cooperativa, a partir da redução das ameaças mútuas entre os atores regionais. A nível amazônico, é importante destacar a utilização do tratado como instrumento para auxiliar no desenvolvimento, na preservação e na proteção territorial dos países que compartilham a Amazônia (ANTIQUERA, 2006).

A partir do artigo escrito pelo Embaixador Rubens Ricúpero⁹ (1984), negociador e articulador do TCA, é possível visualizar uma perspectiva prática do tratado e da visão da época. Em seu artigo sobre o TCA, ele demonstra como as negociações foram favoráveis, em uma atmosfera de harmonia e colaboração. Para ele, haviam interesses mútuos para o desenvolvimento da vida material entre os países-membros, situação que facilitava a diplomacia amazônica. Dentre estes interesses, pode-se destacar: [...] a exploração do petróleo no Peru, Equador e Colômbia, no fomento à pecuária na Bolívia, na implantação da siderurgia, da indústria pesada e da usina hidrelétrica na Venezuela, nos projetos hidrelétricos e de alumínio no Suriname e na Guiana. (RICÚPERO, 1984, p. 179).

Analisando o texto do tratado, é possível identificar três objetivos que se destacam: o Desenvolvimento, a Soberania e a Preser-

7. Professor da UNICAMP que escreve sobre Política Externa Brasileira, Integração Regional e Defesa e Segurança Sul-Americana.

8. Autor de Dissertação de Mestrado pelo Programa San Tiago Dantas que aborda a criação do TCA e seu avanço como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

9. Negociador e Articulador do TCA enquanto era Chefe da Divisão da América Meridional – II e de Fronteiras do Governo de Ernesto Geisel.

vação. A busca pelo desenvolvimento é abordada no Artigo I, que expressa a necessidade de esforços conjuntos para que sejam produzidos resultados equitativos e mutualmente proveitosos. A preocupação com a Soberania é exposta no Artigo IV, determinando o uso exclusivo dos recursos naturais aos países detentores da soberania territorial. O entendimento que a Preservação deve ser um compromisso das partes é apresentado pelo Artigo VII, cujo texto propõe o intercâmbio de informações de pesquisa científica, além de trocas de conhecimento a respeitadas medidas sobre a conversação dos territórios, para manter o equilíbrio ecológico. (TCA, 1978)

Conforme o documento “*Programas Binacionales de Cooperación Fronteriza - Un Modelo para el Desarrollo de la Amazonía*” divulgado pela OEA (Organização dos Estados Americanos), o tratado descreve que a colaboração entre os países amazônicos deve ocorrer em diversas áreas, como: o intercâmbio de conhecimento, a racionalização dos recursos naturais, a preservação do patrimônio, a navegação da bacia amazônica, entre outras medidas (OEA, 2018).

O Tratado de Cooperação Amazônica possui uma estrutura que define os espaços de diálogo entre os países-membros. Dentro dessa estrutura, há dois órgãos que merecem ser destacados. O primeiro deles é a Reunião de Ministros das Relações Exteriores, órgão máximo da estrutura do tratado, que busca “fixar as diretrizes básicas da política comum, apreciar e avaliar o andamento geral do processo de cooperação amazônica e adotar as decisões tendentes à realização dos fins propostos no tratado” (TCA, 1978, p. 189). O outro órgão é o Conselho de Cooperação Amazônica (CCA), que é formado por “representantes diplomáticos de alto nível dos países-membros, e deve velar pelo cumprimento dos objetivos do Tratado e das decisões adotadas pelos Ministros de Relações Exteriores” (TCA, 1978, p. 190).

Com o intuito de analisar o avanço da cooperação regional no âmbito amazônico, é interessante destacar os movimentos multilaterais feitos pelos governos na década de 1990. Analisando o conceito de autonomia pela participação¹⁰, há um redirecionamento da política externa com o objetivo de ir contra uma posição de subordinação com os Estados Unidos. De modo que, “em dezembro de 1992, o Brasil anunciou o lançamento da Iniciativa Amazônica,

10. Estratégia de Política Externa que preza pela participação em Instituições e Regimes Internacionais, com foco nas relações multilaterais, com o objetivo de influenciar a estrutura internacional pela participação.

que visava a negociação de acordos de complementação econômica com os países-membros” do TCA (MELLO, 2002, p. 38). Em seguida, em 1995, há uma reunião dos chanceleres dos países-membros na cidade de Lima com o objetivo de estabelecer uma Secretaria Permanente para solidificar os objetivos.

Após 3 anos dessa reunião, foi assinado o Protocolo de Emenda ao TCA em Caracas, dando caráter institucional à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Dessa forma, foi garantida a categoria de personalidade jurídica internacional, permitindo a assinatura de acordos com atores internacionais “atuar nos fóruns multilaterais e adquirisse empréstimos internacionais para promover projetos de preservação ambiental e de infraestrutura importantes para a integração da região” (SANTOS, 2014, p. 114). O Acordo Sede foi assinado somente em 2002 entre o Brasil e a OTCA, definindo Brasília como sede da Organização, sendo a única organização internacional estabelecida no Brasil.

De acordo com o site da organização, a OTCA é uma organização intergovernamental que incentiva o desenvolvimento sustentável e a inclusão social da região amazônica. A instituição deve exercer funções como: coordenar as autoridades e os organismos governamentais; promover a cooperação e executar as resoluções definidas entre os membros; preparar e atualizar as documentações e as informações; entre outras funções que promovem a capacidade institucional (OTCA, 2002).

Em menos de 20 anos, portanto, o Tratado de Cooperação Amazônica se institucionalizou, demonstrando o avanço da cooperação regional na Amazônia. Após analisar este avanço, é interessante demonstrar a importância do uso deste instrumento multilateral para garantir ganhos mútuos entre os membros, além de permitir o compartilhamento das responsabilidades em questões que transcendem a soberania interna. Ademais, faz-se necessário destacar a reafirmação da soberania estatal como um objetivo comum entre os países, importante para o processo de cooperação regional.

Teorias e estratégias aplicadas

Pode-se analisar assim a importância que as teorias geopolíticas brasileiras acerca da proteção e desenvolvimento do território da Amazônia, com vistas a preservar a soberania dos chamados “Estados Amazônicos”, têm no sentido de mostrar como a coope-

ração entre estes é central para tal. Desta forma, o TCA foi um mecanismo de integração vital para a manutenção principalmente do controle brasileiro sobre a região, que é estrategicamente importante para o país.

O Brasil buscou fortalecer o TCA como um instrumento diplomático capaz de se articular com os países amazônicos em torno da ideia de desenvolvimento sustentável da Amazônia e de elaboração de uma visão comum para a região a fim de reforçar o seu perfil regional e internacional. (BECKER, 2007 apud SANTOS, 2014, p. 115).

A partir de fontes disponibilizadas pelo CPDOC, é perceptível que a questão da soberania nacional foi preservada com a assinatura deste Tratado, que se apresentou como uma forma de “atitude positiva da diplomacia brasileira”. Isso por que era essencial para a Nação manter e proteger suas fronteiras aéreas e terrestres em tal região. Porém as forças armadas do país não tinham à sua disposição a tecnologia de controle necessária para tal, delegando então a temática das fronteiras às negociações no âmbito do TCA, de forma que não apenas a soberania brasileira, mas a de todos os Estados amazônicos fosse alcançada, evitando ingerências externas na região (CPDOC, 2009). E, além da proteção fronteiriça (que é uma preocupação de política externa do país desde os primórdios da República, com Barão do Rio Branco no comando da chancelaria brasileira), a geografia de tal região também era muito importante para o país, pois:

O governo brasileiro via ainda a Amazônia como uma espécie de “calcanhar-de-aquiles” da segurança nacional e da geopolítica continental. Para se ter uma ideia do que a Amazônia representa em termos de território, a definição oficial de Amazônia Legal Brasileira, de 1946, envolve os estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, partes do estado do Mato Grosso, do estado de Tocantins (a partir de 1988) e do estado do Maranhão — ou seja, mais da metade do território brasileiro (CPDOC, 2009, s/p).

A análise acerca da soberania nacional é presente nos trabalhos de Bertha Becker e Meira Mattos. De acordo com o pensamento de Becker, a Amazônia exerce papel geopolítico importante frente aos interesses políticos internos e externos do Brasil. No plano interior, a integração da região é enxergada como capaz de promover “o equilíbrio geopolítico interno, oferecendo uma solução conjunta para os problemas” (BECKER, 1974, p. 11). Assim, as tensões demográficas da periferia do país seriam então resolvidas, já que aconteceria

um redirecionamento das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia, o que por sua vez aliviaria não apenas a periferia, mas também o centro, já abarrotado pelo grande êxodo rural (BECKER, 1964). Por outro lado, no plano externo as implicações geopolíticas de tal integração também são significativas, ao dizer respeito à defesa do território e manutenção da soberania brasileira, pois “[o] grande vazio demográfico e a posição setentrional, extrínseca ao sistema espacial nacional, tornam a região extremamente vulnerável a interesses estrangeiros” (BECKER, 1974, p. 11).

Meira Mattos (1980) também tem a região pan-amazônica como central para o desenvolvimento e preservação soberana do país, pois assim se resolveria a questão do chamado “cerco hispânico”, uma questão estratégica, já que por meio da assinatura do tratado tornaria os outros Estados amazônicos seus aliados, ao passo que daria consecução ao plano de desenvolvimento e ocupação das regiões limítrofes da parte brasileira do território amazônico. Assim, seria solucionada a questão da desigualdade entre abundância de recursos e economia subdesenvolvida, possibilitando ao Brasil se tornar uma “potência tropical”.

Assim, no âmbito do TCA é possível analisar também o avanço no entendimento brasileiro acerca da região. A preservação soberana do território por parte do Brasil é primordial por diversas questões apontadas anteriormente, porém, a assinatura do Tratado mostra como o entendimento sobre a importância da cooperação em torno da região se torna vital. Com ele, a busca conjunta pela preservação, desenvolvimento e soberania é ressaltada, de forma a trazer ganhos conjuntos para os envolvidos. O olhar nacional compreendido como “ganhos relativos”¹¹ é substituído então por uma busca por “ganhos absolutos”¹² no entorno regional.

Entretanto, o Tratado de Cooperação Amazônica foi de suma importância, não apenas na questão da manutenção da soberania brasileira e dos Estados Signatários, mas também por trazer em si aspectos de preservação do meio ambiente, que dialogam com o pensamento de Berta Becker ao propor formas de desenvolvimento condizentes com as especificidades terceiro-mundistas, respeitando a ideia

11. Conceito utilizado pelas correntes realistas de relações internacionais, que compreende que os Estados buscam acumular ganhos para si nas interações com outros Estados.

12. Conceito utilizado pelas correntes liberais de relações internacionais. Para os liberais, os Estados buscam cooperar e é possível que todos ganhem, ainda que tais ganhos se deem de forma assimétrica.

de que este avanço não pode mais obedecer à lógica de um desenvolvimento predatório “desencadeado pelo centro, e com uma visão a partir do centro”, um “processo que se efetua sem considerar a realidade e as necessidades da periferia do ponto de vista de suas populações, acarretando grandes inconvenientes” (BECKER, 1974, p. 6).

Outro ponto importante em que a assinatura do tratado tem interação direta com teorias geopolíticas é a questão do desenvolvimento da localidade. O tratado busca a consolidação de um tipo de desenvolvimento sustentável dos territórios amazônicos, buscando um equilíbrio entre as variáveis de crescimento econômico e preservação do meio ambiente, pois se entende que estas são responsabilidades intrínsecas à soberania das nações envolvidas e que um ambiente de cooperação facilita o estabelecimento e cumprimento de projetos benéficos para a região, como por exemplo, de aproveitamento da biodiversidade, da biogenética e da água.

Um desenvolvimento não predatório do território amazônico é a prioridade a ser seguida, preservando esse local do modo de progresso dos Estados desenvolvidos, que exige um uso intensivo dos recursos naturais, não se adequando à realidade Amazônica. Deve-se então aproveitar as riquezas e o conhecimento presentes nessa vasta região para alcançar as metas da cooperação. Becker reconhece que “há que se substituir a política de ocupação por uma política de consolidação do desenvolvimento” (BECKER, 2005, p. 83).

Considerações finais

Após analisar as formulações teóricas a respeito da visão geopolítica da Amazônia e a utilização do TCA como um instrumento de manutenção da soberania nacional brasileira e integração regional, é possível observar como os debates geopolíticos a respeito da região ganharam força e novas óticas no decorrer dos anos. Meira Mattos, Therezinha de Castro e Bertha Becker enxergam a importância do Amazônia para o Brasil não só como uma questão territorial/fronteiriça, mas também apontando o desdobramento dos debates amazônicos dentro das perspectivas políticas e de desenvolvimento; tanto regionais quanto internacionais.

Apesar da incerteza com relação ao futuro do Tratado Pan-Amazônico e das políticas que hão de ser realizadas direcionadas a região, verifica-se a instrumentalização da cooperação regional para um objetivo maior, de garantia da soberania e busca pelo de-

envolvimento dos países amazônicos. Sendo importante destacar a mudança de perspectiva acerca do território amazônico, visão que se inicia com viés nacionalista sobre a Amazônia, e se transforma em uma perspectiva de território partilhado pela cooperação regional, mas ainda mantendo a soberania unitária.

Uma das justificativas apresentadas anteriormente a respeito da produção deste artigo baseia-se na comemoração dos 40 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, no dia 3 de julho de 2018, marcando um longo período de cooperação regional e multilateralismo na região amazônica. No entanto, esta celebração coincide com a revisão da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, que delimitará os objetivos da Organização para o próximo decênio. Sendo assim, o debate sobre o futuro deste projeto de integração se torna mais latente; principalmente devido às inclinações de alguns governos emergentes na região para uma agenda menos pautada em cooperações multilaterais e debates ambientais.

Referências

- ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a sua Transformação em Organização Internacional (1978-2002)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 abr.2020.
- BECKER, Bertha K. **A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil**. R. Bras. Geog., Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-37, abr-jun. 1974.
- CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia: Problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora UNIGRAF, 1998.
- CPDOC, **Tratado de Cooperação Amazônica**. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-de-cooperacao-amazonica-1978>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- ITAMARATY. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LUZ GABRIEL, Pedro Henrique. **O Papel de Meira Mattos no Pensamento Geopolítico Brasileiro**. Disponível em: https://www.academia.edu/8311597/O_papel_de_Meira_Mattos_no_Pensamento_Geopol%C3%ADtico_Brasileiro?auto=download. Acesso em: 19 nov 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção mundial do Brasil**. São Paulo: Gráfica Leal Ltda, 1960.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 1980.

MELLO, Flávia de Campos. Política Externa Brasileira e os Blocos Internacionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo v. 16, n. 1, p. 37-43, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n1/12122.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília - DF, v.1, p. 145-163, mar. 1989. Disponível em https://www.academia.edu/1756926/Diplomacia_e_militarismo_o_Projeto_Calha_Norte_ea_ocupacao_do_espaco_amazonico. Acesso em: 23 nov. 2018.

MOREIRA, Paula Gomes. Origens da Política Externa Brasileira na Amazônia: formação de fronteiras e ciclos diplomáticos. **Meridiano 47**, Brasília, v. 15, n. 141, p. 03 - 09, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/9804/7618>. Acesso em: 20 nov. 2018.

OEA. **Programas Binacionales de Cooperación Fronteriza: Un Modelo para el Desarrollo de la Amazonía**. Disponível em: <https://www.oas.org/dsd/publications/Unit/oea08b/ch14.htm#2.%20o%20tratado%20de%20cooperacao%20amazonica>. Acesso em 15 nov. 2018.

OTCA. **Regulamento da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**, 2002. Disponível em: <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20160629/eb44e916695c39f6633f92ee1b8f48de.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

RICÚPERO, Rubens. O Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 21, n. 81, p.177-196, jan./mar. 1984.

SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. A Amazônia como Instrumento da Política Externa Brasileira. **Revista Aurora**, São Paulo, v. 7 n. 2, p. 109 - 122, jan./jun. 2014.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (TCA), Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 3 jul. 1978.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. Meira Mattos: A Amazônia e o Livro. **CADERNOS DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 43 - 75, dez. 2013. Disponível em: < ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEE/article/download/1257/1214>. Acesso em: 19. Nov. 2018.

Recebido em: 04/09/2019

Aprovado em: 11/02/2020